

Concentração de renda

AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DO
SENADO FEDERAL

BRASÍLIA, 07 MAIO DE 2018



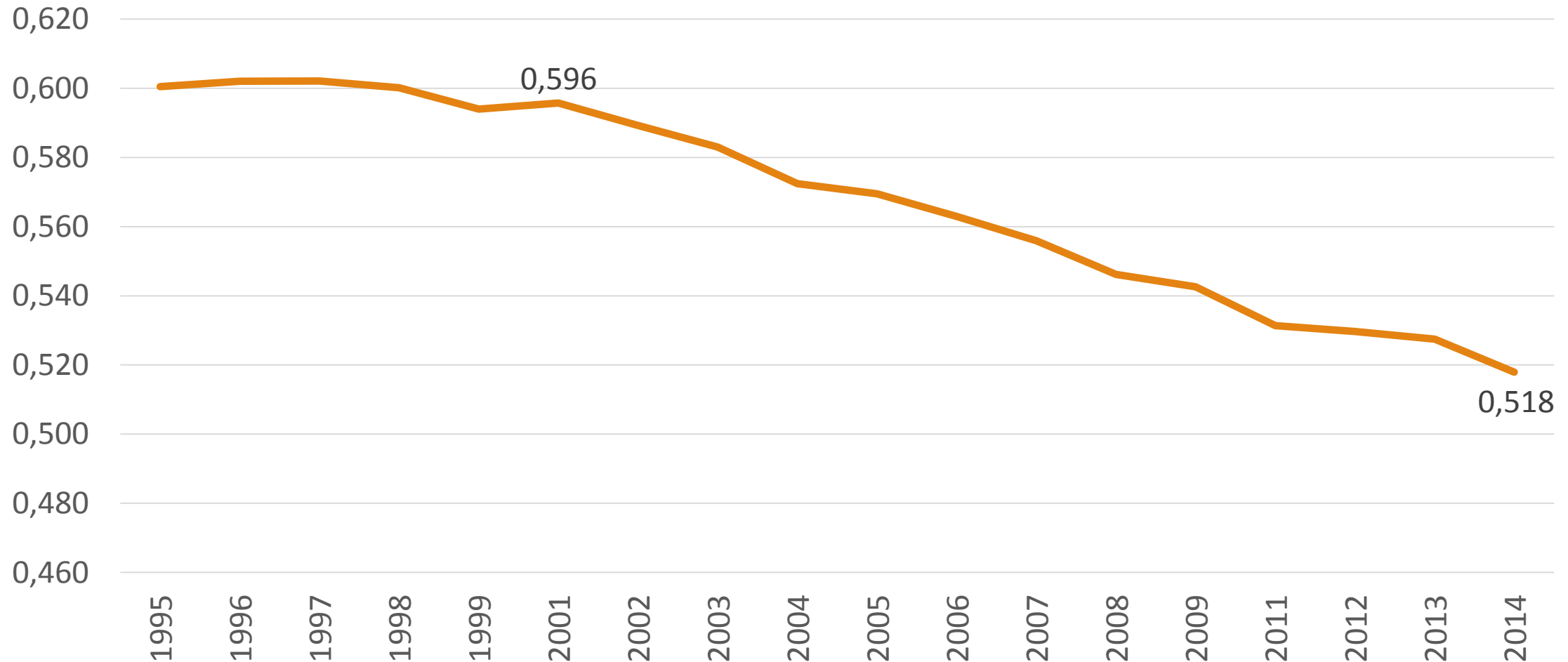
Diagnóstico e controvérsia

Diagnóstico:

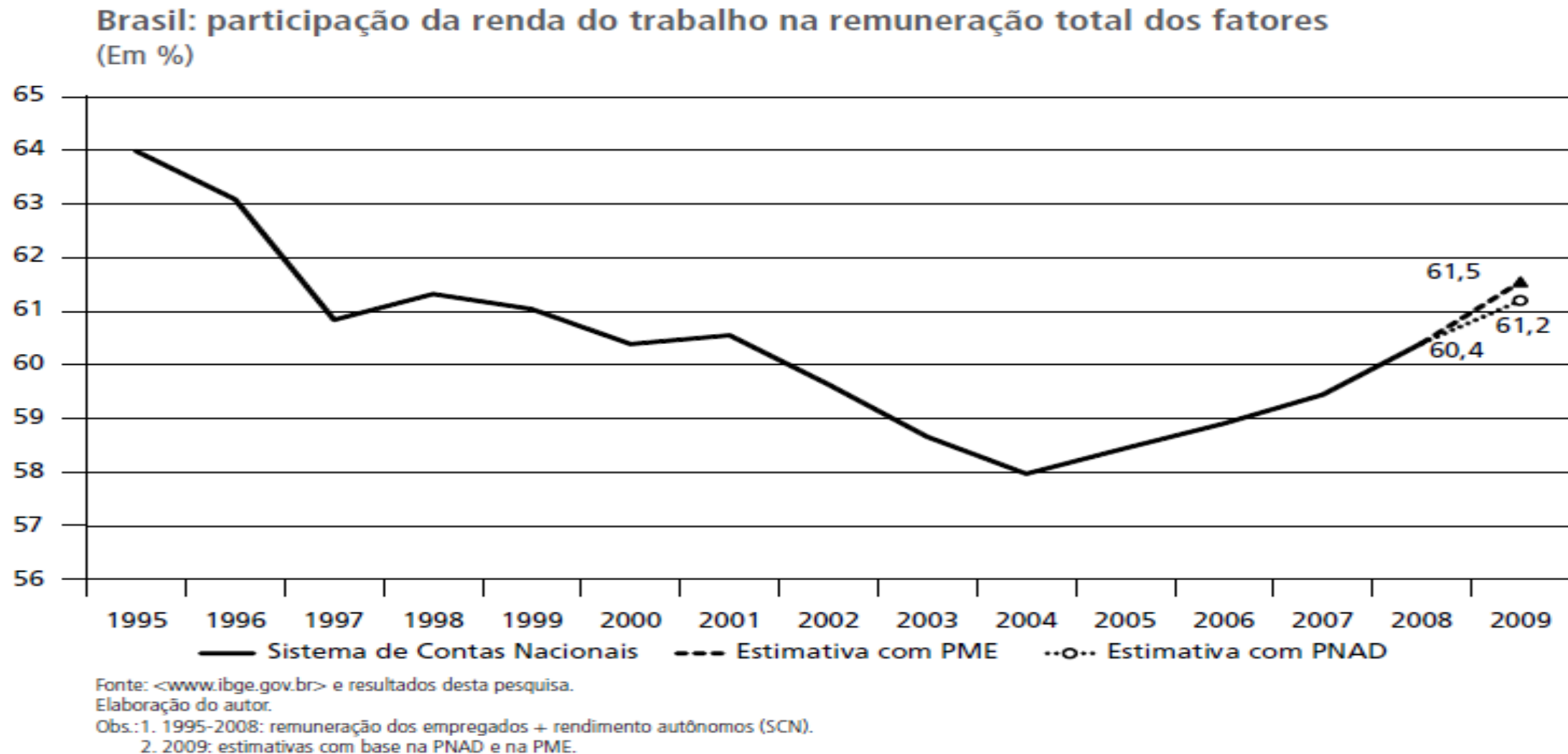
- o Brasil é um dos países que apresentam mais altos níveis de concentração da renda pessoal ou familiar no mundo; numa lista de 138 países para os quais o PNUD tinha informação, o Brasil aparecia em 127º lugar pelo Índice de Gini (em 2013);
- No entanto, a partir do final dos anos 1990 e mais fortemente, de 2004 em diante houve uma importante melhora nos indicadores de distribuição de renda no país, a exemplo do Índice de Gini da renda domiciliar medida pelas pesquisas domiciliares como a PNAD, a POF, entre outras;
- Essa melhora contrasta com a evolução desse indicador na maioria dos países e em especial dos países desenvolvidos, onde houve estabilização ou mesmo leve concentração da renda;
- No mesmo período, e em especial, após 2004, houve uma mudança na distribuição funcional da renda com aumento da participação da renda do trabalho em detrimento da renda do capital;

O coeficiente de Gini é uma medida de concentração que varia entre 0, quando a variável é igualmente distribuída entre todos os indivíduos, e 1, quando essa variável está concentrada em um único indivíduo. O gráfico mostra que a renda domiciliar per capita teve uma redução, portanto, melhora, desde o início dos anos 2000.

Coeficiente de Gini da renda domiciliar per capita

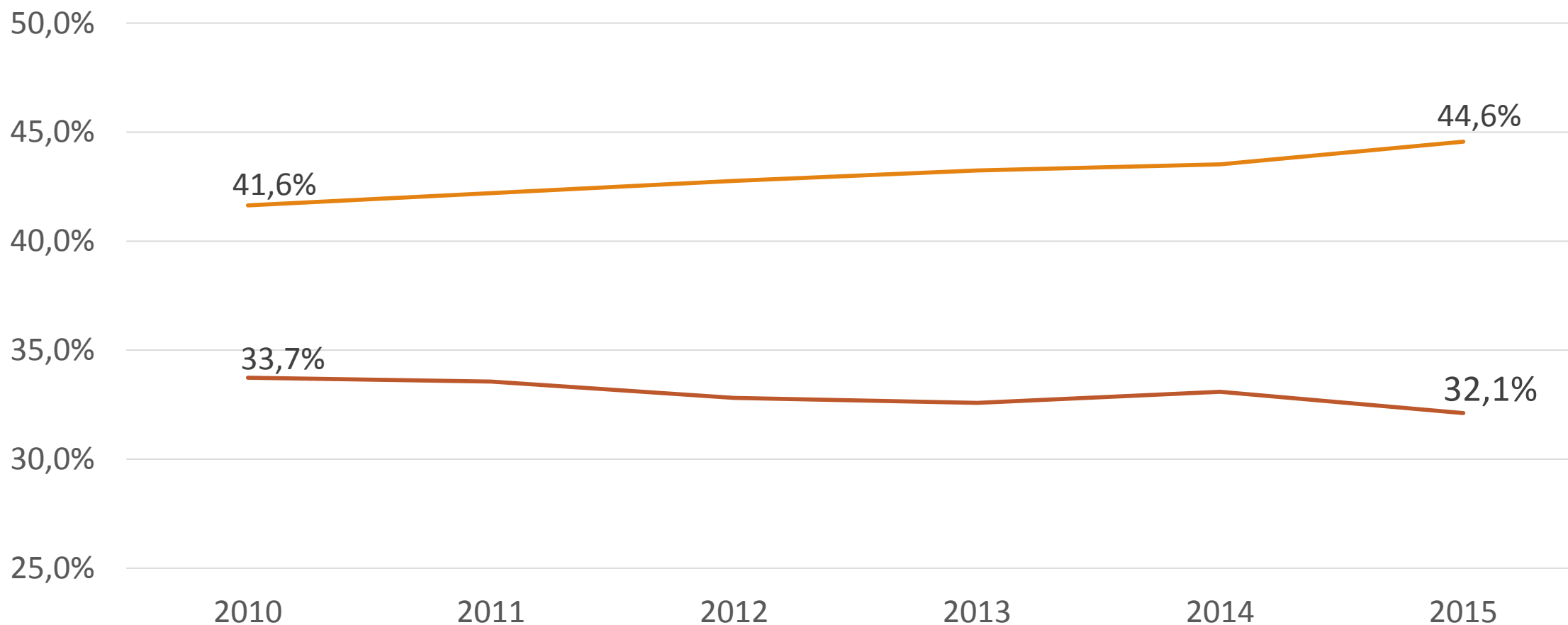


O gráfico abaixo, extraído do trabalho de Estevão Kopschitz Xavier Bastos (IPEA, 2012), mostra que a participação da renda do trabalho no total dos fatores caiu na segunda metade dos anos 1990 e voltou a subir a partir de 2014



As contas nacionais sugerem que essa trajetória de aumento da participação da remuneração do fator trabalho continuou nos anos subsequentes. Os dados abaixo foram extraídos diretamente das Contas Nacionais, sem o tratamento adotado na pesquisa citada no slide anterior devendo ser interpretados com cautela.

**DISTRIBUIÇÃO FUNCIONAL DA RENDA - PARTICIPAÇÃO DOS RENDIMENTOS DO TRABALHO
E DO EXCEDENTE OPERACIONAL BRUTO - % DO PIB EM VALORES CORRENTES - 2010-2015**



A desigualdade de renda no mercado de trabalho

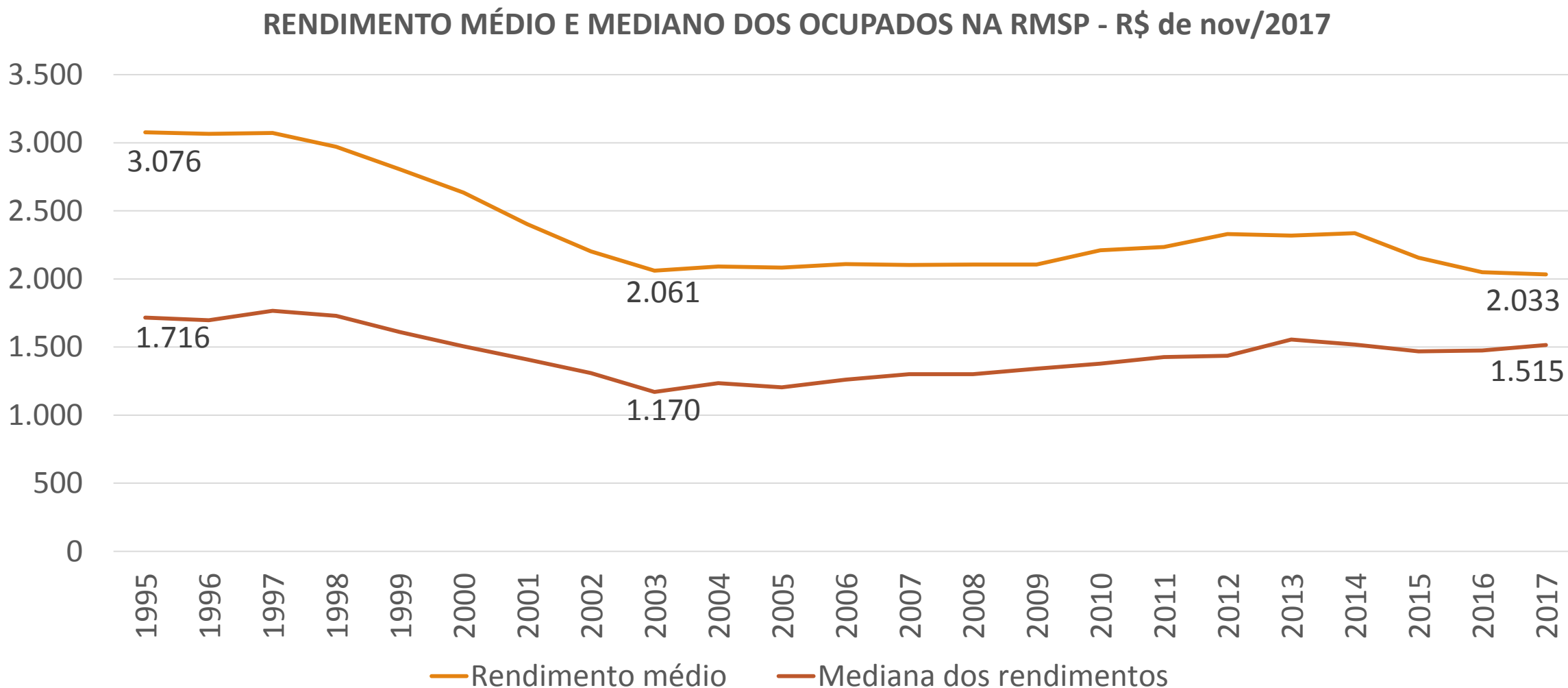
Cercas de 81% dos domicílios auferem renda apenas do trabalho no Brasil, 13% não auferem renda e menos de 1% obtém seus rendimentos apenas da propriedade, segundo a PNAD.

Para contribuir com o debate sobre o tema “concentração de renda”, trazemos os dados sobre rendimentos do trabalho produzidos pela Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, realizada pelo DIEESE em parceria com a Fundação SEADE e o Ministério do Trabalho e financiada com recursos do FAT.

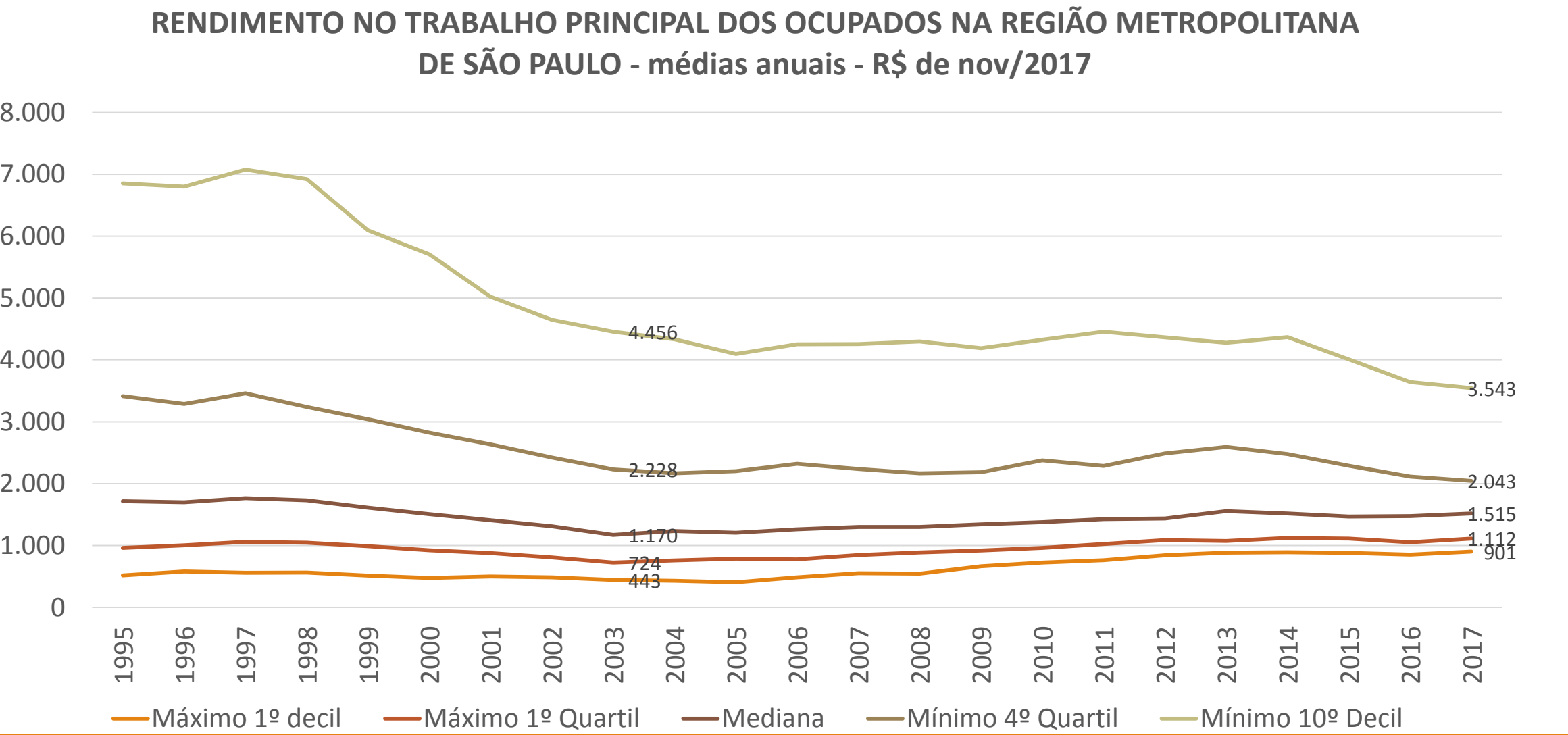
Escolhemos os dados da Região Metropolitana de São Paulo entre os anos de 1995 e 2017 pela sua continuidade com mesma metodologia e por ser a maior região metropolitana do país. Alertamos as limitações: há diferenças regionais importantes no país e pode ter havido diferenciação regional; pesquisas domiciliares tendem a subestimar os altos rendimentos e superestimar os rendimentos mais baixos; não capta rendimentos do capital.

Os slides seguintes indicam que entre 2003 e 2017 houve uma importante redução nas desigualdades dos rendimentos do trabalho principal, com elevação da base salarial em termos reais e aproximação ao topo da escala de rendimentos.

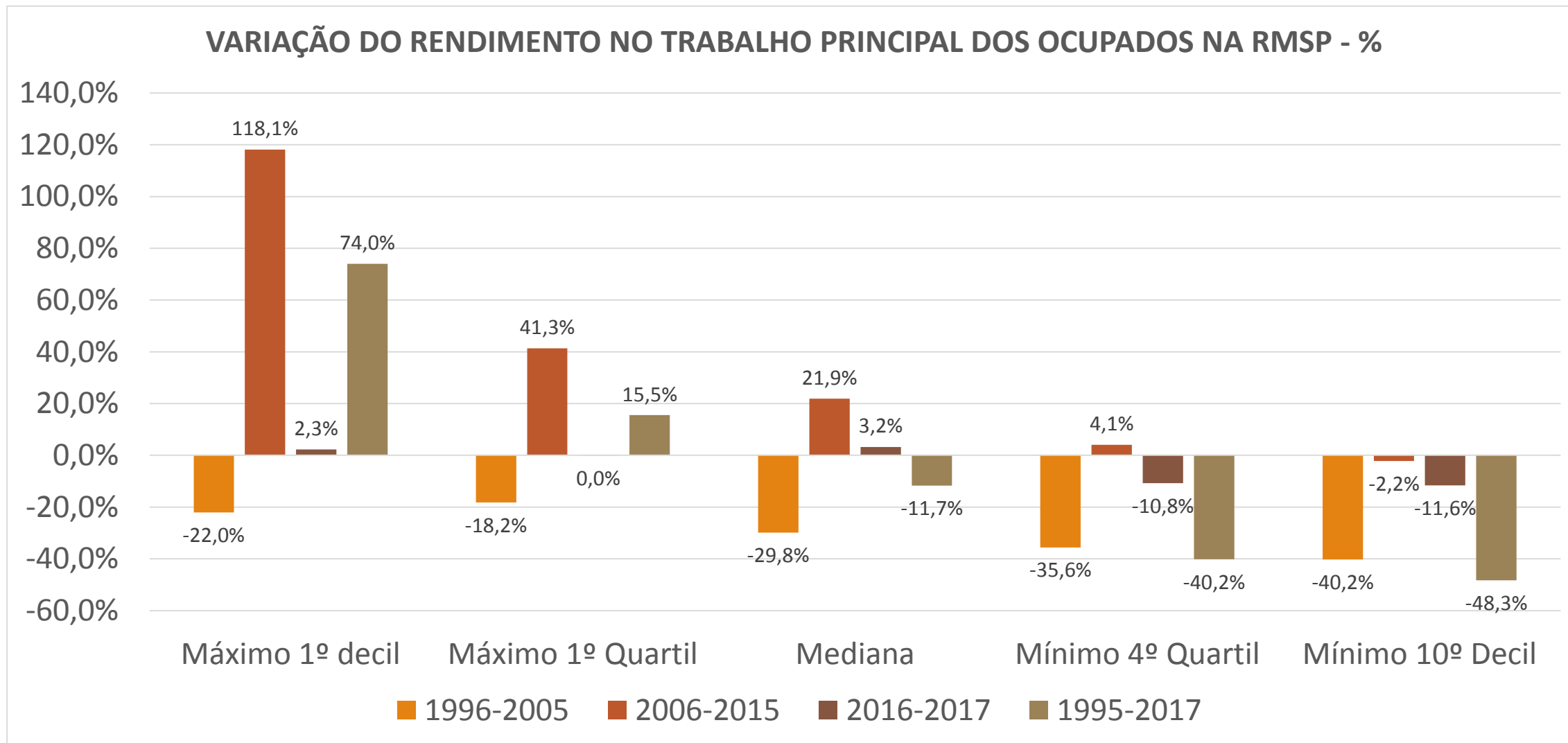
O rendimento médio no trabalho principal dos ocupados teve uma queda importante na segunda metade dos anos 1990 e recuperou-se parcialmente de 2003 a 2014. A distância entre média e mediana sugere que a base da pirâmide salarial se aproximou dos estratos mais altos. Primeiro indício de redução das desigualdades de rendimentos: a mediana passou de 56,8% da média para 74,5% em 2017



No período 1995-2003, todas as medidas estavam em queda. Os limites máximos e mínimos de decis e quartis evidenciam que os estratos de rendimentos mais baixos se elevaram enquanto os estratos mais elevados se sustentaram entre 2005 e 2014, passando a cair a cair desde então.



O gráfico abaixo indica a elevação de mais de 118% no valor máximo do rendimento do 1º Decil dos ocupados no período 2006-2015, enquanto que o mínimo do rendimento do 10º Decil teve queda de 2,2% no período. Os limites parecem ter crescido para as coortes de rendimento menores.



Fatores determinantes

Alguns dos fatores que podem ter influenciado a distribuição dos rendimentos dos ocupados:

- Crescimento econômico com forte geração de empregos no período 2006-2013 criou condições para a elevação dos salários em geral e dos menores salários em especial pelas características desse crescimento (setoriais);
- “Desindustrialização” e crescimento com base em setores de serviços, comércio e produção de commodities não favoreceram a geração de empregos de mais alto salários;
- Formalização dos empregos, pela própria condição do mercado de trabalho, por melhorias na fiscalização do trabalho e o funcionamento da Justiça do Trabalho;
- A política de valorização do salário mínimo, que influenciou as negociações coletivas de trabalho elevando os pisos salariais;
- A atuação dos sindicatos, que conservaram sua capacidade de ação e souberam explorar as condições econômicas e políticas favoráveis;
- O gasto social, que atenuou as pressões do lado da oferta de trabalho, por exemplo, permitindo aos jovens permanecerem mais tempo na escola e aos idosos viverem com benefícios de aposentadoria e pensão.

Até que ponto houve avanço?

As limitações dos dados obtidos das pesquisas domiciliares e das contas nacionais foram realçados a partir de trabalhos que se valeram das informações das declarações de Imposto de Renda para estudar a concentração de renda e da riqueza no topo da distribuição.

Orair e Gobetti (2015) consideram que houve redistribuição interna à remuneração dos ocupados entre os segmentos formal e informal, mais do que entre trabalho e capital. Além disso,

“A confrontação entre a distribuição funcional da renda e a distribuição pessoal da renda sugere que a queda na desigualdade detectada pelas pesquisas domiciliares se restringe aos rendimentos do trabalho, não sendo possível extrapolar tal diagnóstico para o conjunto das rendas sem análises mais aprofundadas baseadas em fontes complementares de informação, como os dados das contas nacionais e das declarações do IRPF. ... Estes dados apresentam indícios de que os rendimentos da propriedade auferidas pelas pessoas físicas cresceram no período 2004-2008 e estão relativamente estabilizados desde então.”

Como rumar a uma sociedade menos desigual?

A experiência dos anos 2000 mostra a importância da combinação entre crescimento econômico e uma regulação do mercado de trabalho que favoreça a sustentação e melhoria dos rendimentos do trabalho.

Fundamental adotar medidas que revertam o estrangulamento dos sindicatos e retirem os obstáculos ao acesso à Justiça do Trabalho por parte dos trabalhadores.

A política de valorização do Salário Mínimo é um ponto sobre o qual haverá importante debate no futuro próximo.

O gasto social foi um importante fator de desconcentração da renda. Por isso, qualquer reforma da Previdência Pública e da Assistência deve ser avaliada em relação à seus impactos sobre a distribuição de renda e de inclusão social.

O DIEESE participa de campanha para a Redução das Desigualdades Sociais e em iniciativas de discussão e proposição de uma reforma tributária que caminhe no sentido da maior justiça fiscal.

Obrigado!

CLÓVIS SCHERER